



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0338/12	DATA: 17/04/2012
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 17h26min	DURAÇÃO: 02h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h24min	PÁGINAS: 52	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CORONEL SUAMY SANTANA DA SILVA - Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. LUIZA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS - Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal.

SUMÁRIO: Audiência pública com os convidados e apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES
Houve Intervenção fora do microfone. Ininteligível. Houve exibição de vídeo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Desejo uma boa tarde a todas e todos.

Declarando aberta a presente reunião de audiência pública, vamos, no dia de hoje,— acatando a deliberação oriunda da aprovação dos Requerimentos nºs 2 e 3, de 2012, do Deputado Luiz Pitiman, proceder à oitiva do Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Suamy Santana da Silva, e da Dra. Luisa de Marillac, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal.

Vamos começar com as oitivas e, em seguida, tão logo haja condições regimentais, proceder à deliberação acerca dos requerimentos que se encontram sobre a mesa para serem apreciados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Gostaria de anunciar que foram distribuídas cópias das sínteses das correspondências recebidas pela CPI. Foram distribuídas para todas e todos. E os originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria desta Comissão.

Quero informar que o Deputado Nelson Marchezan Junior justifica sua ausência nas duas primeiras reuniões desta Comissão devido a compromissos partidários anteriormente agendados em seu Estado.

E ainda comunico que foi designado o consultor legislativo José de Ribamar Barreiros Soares para prestar assessoramento a esta Comissão.

Então, vamos hoje proceder à audiência pública. Vamos escutar o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e a Dra. Luisa de Marillac, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal.

Em seguida, tão logo haja *quorum* regimental, vamos discutir e deliberar acerca dos requerimentos que se encontram na pauta da reunião do dia de hoje.

Eu gostaria de convidar, para compor a mesa, o Sr. Coronel Suamy Santana da Silva, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, e também a Dra. Luisa de Marillac, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal.

Vamos proceder da seguinte forma: tão logo os depoentes possam fazer uso da palavra, vamos passar para a Relatora, que utilizará, no tempo que achar conveniente, o espaço para inquirir, consultar, posicionar-se, enfim. Em seguida,



passarei a palavra para o proponente, o Deputado Luiz Pitiman, autor da iniciativa desta audiência pública.

Quero registrar a presença dos Parlamentares que aqui estão e dizer que nós vamos fazer essa oitiva. E, tão logo haja *quorum*, nós deliberaremos sobre os requerimentos que foram protocolados nesta Comissão. *(Pausa.)*

Bom. Nós estamos aqui. Esta oitiva tem o seguinte objetivo: o objetivo de que aqui pudéssemos discutir, ver o posicionamento tanto do Ministério Público, quanto do Comandante-Geral da Polícia Militar acerca das denúncias que foram veiculadas nos órgãos de imprensa, que atestam, primeiro, uma situação de violência acometendo crianças, adolescentes e adultos também em situação de rua aqui no Distrito Federal; segundo, o caso específico de um adolescente, que efetivou uma denúncia de que haveria sido vítima de violência sexual por parte dos policiais, aqui, no Distrito Federal — um adolescente em situação de rua. Essa matéria foi veiculada por alguns locais, por alguns órgãos de imprensa, e, em função disso, foi apresentado um requerimento pelo Deputado Luiz Pitiman, para que nós pudéssemos escutar tanto o Comandante-Geral da Polícia Militar daqui do Distrito Federal, quanto a Dra. Luisa de Marillac, Promotora em Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal.

Portanto, nós estamos discutindo e achamos que seria interessante que nós pudéssemos veicular o vídeo antes da exposição, antes da fala dos depoentes, para que eles possam, inclusive, entender o significado do convite que fizemos, e agradecemos... Agradecemos a disponibilidade, a disposição dos dois convidados, para prestar os esclarecimentos necessários. A CPI agradece. E eles, acessando e tendo conhecimento do vídeo, podem se posicionar acerca das imagens e dos relatos que aqui vão ser mostrados.

Portanto, o sentido da convocação, ou do convite, melhor dizendo, cujo atendimento nós agradecemos, é o de que tanto a Polícia Militar quanto o Ministério Público possam se posicionar ou possam falar, enfim, contribuir, inclusive, com esta CPI, porque há denúncias de exploração sexual, não apenas denúncia de violência sexual, mas há denúncias de exploração sexual e de que se estaria vitimando adolescentes e crianças em situação de rua no centro de Brasília, aqui no Distrito Federal.



Portanto, nós achamos por bem que deveríamos mostrar o vídeo, para que os nossos dois convidados possam se situar e, aí, fazer uso da palavra a partir dos depoimentos que foram colhidos e que atestam uma série de violências, inclusive violência sexual aqui no Distrito Federal, perpetrada, segundo as denúncias, que precisam, obviamente, ser apuradas, contra crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal.

No ano de 2008, houve uma larga divulgação, por alguns órgãos de imprensa, de situações específicas, estritas, de exploração sexual, que estaria vitimando essas crianças e adolescentes em situação de rua aqui no Distrito Federal. Houve essas denúncias, que também são objeto de investigação e apuração desta CPI, que vai investigar o turismo sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País.

O SR. DEPUTADO LUIZ PITIMAN – *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, nós vamos fazer o seguinte procedimento: invertendo um pouco a ordem em geral, estabelecida para oitivas, nós vamos passar a palavra, por um prazo de 5 minutos, para o Deputado Luiz Pitiman, o autor do requerimento, para que S.Exa. possa se colocar. Nós vamos passar o vídeo. Depois, vamos passar para os dois depoentes, por um prazo máximo de 20 minutos. Depois, nós vamos dar a palavra à Relatora, que não tem um prazo estabelecido, para que possa se posicionar, porque estará buscando os elementos necessários para a construção de seu relatório. E vamos abrir para os Parlamentares, na ordem de inscrição, por um prazo de 5 minutos para cada Parlamentar.

Portanto, eu passo, neste momento, por 5 minutos, para o Deputado Luiz Pitiman. Em seguida, nós vamos passar o vídeo, vamos passar para os dois convidados, para a Relatora e para os Parlamentares que quiserem fazer uso da palavra. Tão logo nós tenhamos *quorum*, vamos deliberar acerca dos requerimentos, das proposições, que exigem uma deliberação desta Comissão.

Portanto, eu passo a palavra, por 5 minutos, para o Deputado Pitiman, Vice-Presidente desta Comissão. Em seguida, nós veremos o vídeo e passaremos para os dois convidados.



O SR. DEPUTADO LUIZ PITIMAN - Sra. Presidenta, Deputada Erika Kokay; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria cumprimentar o Coronel Suamy Santana, Comandante-Geral da Polícia Militar, e, ao mesmo tempo, agradecer-lhe por estar presente. Em nome do senhor, cumprimento toda a Polícia Militar, que tem estado permanentemente ajudando Brasília.

Da mesma forma, quero cumprimentar a Dra. Luisa de Marillac, que é Promotora da Criança e do Adolescente e foi encarregada de ouvir as meninas molestadas pela PM, conforme denúncias, pelo menos, que constam de matérias, como a da *Agência Brasil*, no dia 2 de abril, que contém, inclusive, esse vídeo, que será mostrado na sequência. A matéria feita pelo Jornalista Alex Rodrigues, da *Agência Brasil*, que automaticamente circulou o Brasil por ser uma agência de notícias nacional, conta que meninas e meninos que vivem nas ruas do Distrito Federal acusam policiais militares de agressões física e sexual.

As denúncias mobilizam vários setores, inclusive a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. A mais recente delas é de uma jovem moradora de rua, de 16 anos, que registrou um Boletim de Ocorrência, no início de março, agora, de 2012, acusando dois policiais militares de abuso sexual.

Um vídeo produzido, ao qual a *Agência Brasil* teve acesso, identifica que menores acusam policiais de humilhação, espancamento e apropriação de pequenas quantias de dinheiro. Há relato de abusos sexuais e acusação de que policiais militares forçaram alguns jovens a se atirarem de uma ponte, a Ponte do Bragueto, de cerca de 4 metros de altura, sobre o Lago Paranoá, muitas vezes com os pés ou mãos atados.

Juntamente com o vídeo, há várias informações, como uma matéria, do mesmo dia, que conta que, no início de março, essa menina, cujo nome não é o que consta na matéria, para preservar, inclusive, o sigilo da adolescente, de 16 anos, caminhava de madrugada pelo Setor Comercial Sul, no Plano Piloto, com mais três colegas, todos menores de idade e moradores de rua, como a jovem, que diz ter abandonado a mãe, é usuária de drogas, e os sete irmãos, dois deles também viciados, por causa da difícil convivência em casa e do próprio vício do *crack*, droga que ela experimentou aos 14 anos.



Apesar de ficar em plena região central da Capital Federal, a cerca de 2 quilômetros apenas aqui do Congresso Nacional, à noite, o Setor Comercial fica quase deserto. Segundo ela conta — está no Boletim de Ocorrência — *“os policiais revistaram os meninos e não encontraram nada. Então eles disseram que iam me levar para uma policial feminina me revistar. Eu pedi para os meninos não deixarem eles me levar. Mas eles não poderiam fazer nada”*, contou Vanessa. Segundo a jovem, a viatura seguiu até o final da Asa Sul e parou em um matagal próximo a uma faculdade. Vanessa conta que ali os dois militares desceram da viatura e a retiram do veículo, ordenando que ela tirasse toda a roupa. *“Eles também tiraram a roupa e abusaram de mim. Depois me levaram de volta para o Setor Comercial Sul. Os meninos ainda estavam lá perto, me esperando, porque sabiam o que ia acontecer. E eu só chorava”*, contou a jovem que diz conhecer os dois militares. *“Eles já tinham me segurado antes, mas não tinham abusado de mim. Só tomaram o meu dinheiro. Só que dessa última vez eu não tinha dinheiro, e aí eles abusaram de mim.”*

Inicialmente, Vanessa não quis contar a ninguém o que tinha acontecido. *“Fiquei com medo e também não gostava de lembrar o que tinha acontecido. É muito difícil ficar lembrando o que aconteceu. Dói demais.”* Depois, encorajada por educadores sociais, decidiu registrar um Boletim de Ocorrência, segundo ela, na 5ª Delegacia de Polícia e se submeter a exame de corpo e delito. *“Os policiais prometeram investigar. Disseram que a história não iria vazar e que eu não precisava me preocupar, mas estou com medo. Eu espero ser protegida e que a justiça seja feita, com esses dois policiais sendo afastados, para que eles não continuem a fazer a mesma coisa. Se deixarem eles lá, a mesma coisa que fizeram comigo, eles vão fazer com muitas outras.”*

E assim sucessivamente. Sem contar o depoimento de outras meninas que são frequentadoras principalmente da Rodoviária do Plano Piloto nos horários da madrugada. Por não terem normalmente onde dormir, elas acabam ficando ali pela nossa rodoviária. Contam que, em diversos momentos, também foram levadas para outros lugares, ao lado do Colégio Marista e outros lugares sem pessoas próximas, e tiveram constrangimento e tentativas de abuso sexual e outras coisas.

Nós pedimos a presença do Coronel Suamy Santana e da Promotora Dra. Luisa de Marillac para que, em conjunto, esta CPI possa, primeiro, apurar a verdade.



Nós entendemos e temos visto a importância e o bom papel que a PM tem feito no Distrito Federal. Da mesma maneira, na Promotoria da Criança e do Adolescente. Mas sei que muitas vezes as pessoas sozinhas ou as instituições sozinhas não conseguem agir de uma forma que possam punir e, mais ainda, evitar que novos fatos como esses aconteçam.

Então, nós gostaríamos de entender. Acredito que o vídeo talvez já esteja disponível. O nosso vídeo já está disponível? Ainda não?

Mas a primeira pergunta que eu faria ao Coronel Suamy é se já assistiu ao vídeo — nós deveremos mostrar esse vídeo ainda antes do encerramento da nossa sessão —, se ele conhece o vídeo, conhece as notícias, e o que foi feito na PM. E, depois, essa mesma pergunta para a Dra. Luisa de Marillac, para que, em conjunto, possamos construir uma maneira mais justa de poder agir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado Pitiman, nós vamos proceder assim: nós estamos com *quorum* regimental. Então, nós vamos apreciar os requerimentos, enquanto a equipe assegura as condições necessárias para que nós possamos ver o vídeo. Aí, os dois depoentes já fariam uso da palavra e responderiam à sua questão.

Então, havendo número regimental, nós vamos fazer a discussão acerca das matéria que estão em pauta.

Nós distribuimos a cópia da ata da segunda reunião a todos os membros presentes. E indago se há necessidade da sua leitura. *(Pausa.)*

Portanto, é dispensada a leitura, a pedido de várias Deputadas e Deputados aqui.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata foi, portanto, aprovada.

Vamos passar à apreciação dos requerimentos que aqui estão.

Requerimento nº 10, de 2012, da Deputada Dalva Figueiredo, que “*requer realização de audiência pública no Estado do Amapá*”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Os Deputados que estão de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2.

Requerimento nº 11, de 2012, do Deputado Luiz Couto, que *“requer seja convidado a prestar depoimento nesta CPI o Promotor de Justiça do Estado da Paraíba, Sr. Marinho Mendes”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Item 3.

Requerimento nº 12, de 2012, do Deputado Luiz Couto, que *“requer a realização de audiência pública desta Comissão em João Pessoa, no Estado da Paraíba”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Item 4.

Requerimento nº 13, de 2012, da Deputada Liliam Sá, que *“requer sejam convidados os Bispos de Altamira, Dom Erwin Krautler; de Marajó, Dom José Luiz Azcona, e de Abaetetuba, Dom Flávio Giovenale, para oitiva sobre as quadrilhas denunciadas pelos religiosos à polícia do Pará”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Item 5.



Requerimento nº 14, de 2012, da Sra. Liliam Sá, que *“requer que seja convidada a turismóloga Liciane Rossetto, Coordenadora de Pós-Graduação Lato Sensu do Unilasalle Canoas, de Canoas, Rio Grande do Sul”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Item 6.

Requerimento nº 15, de 2012, do Deputado Luiz Couto, que *“requer seja convidada a prestar depoimento nesta CPI a Sra. Marta Serrat dos Santos, jornalista, autora e Coordenadora do Projeto Vida de Criança”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Requerimento aprovado.

Item 7.

Requerimento nº 16, de 2012, do Deputado Luiz Couto, que *“requer seja convidado a prestar depoimento nesta CPI o Procurador-Chefe do Trabalho na Paraíba, Sr. Eduardo Varandas Araruna, da 13ª Região do Ministério Público do Trabalho”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que estão de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Item 8.

Requerimento nº 17, de 2012, do Deputado Arnaldo Jordy, que *“requer seja apresentado e acrescentado o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará em 2005/2010”*.

Em discussão. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Requerimento aprovado.

Item 9.

Requerimento nº 18, de 2012, da Deputada Keiko Ota, que *“requer seja realizada audiência pública para discutir sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Requerimento aprovado.

Item 10.

Requerimento nº 19, de 2012, da Deputada Iracema Portella, que *“requer seja convidado a prestar depoimento nesta CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes grupo de gestores das redes digitais sobre o controle, fiscalização e a punição de envolvidos nas práticas de pedofilia e pornografia infantil na Internet”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Requerimento aprovado.

Item 11.

Requerimento nº 20, de 2012, da Deputada Iracema Portella, que *“requer seja convidado a prestar depoimento nesta CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes grupo de gestores públicos diretamente envolvidos nas ações governamentais para a Copa do Mundo de 2014”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)



Requerimento aprovado.

Item 12.

Requerimento nº 21, de 2012, do Deputado Luiz Pitiman, que *“requer a convocação do Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Militar do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para manifestar-se sobre denúncias de abusos físicos e sexuais cometidos por policiais militares contra crianças e adolescentes moradores de rua no âmbito dessa Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Queria sugerir, se o autor do requerimento estiver de acordo, que nós possamos alterar a expressão “convocação” para “convite”, por não caber neste caso a convocação. *(Pausa.)*

O Deputado está de acordo.

Então, portanto, nós transformamos a convocação em convite.

Colocamos em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como estão, já considerando a alteração de “convocação” para “convite”. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Item 13.

Requerimento nº 22, de 2012, da Deputada Liliam Sá, que *“requer sejam agendadas visitas às autoridades a seguir nominadas, com o intuito de buscar apoio para os trabalhos desta CPI: o Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; o Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; o Ministro da Justiça; o Ministro do Turismo, e o Ministro do Desenvolvimento Social”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Item 14.



Requerimento nº 23, de 2012, da Deputada Liliam Sá, que *“requer cópia do relatório final da CPMI da Exploração Sexual Infantil, que teve seu término no ano de 2004”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Requerimento aprovado.

Item 15.

Requerimento nº 24, de 2012, da Deputada Liliam Sá, que *“requer sejam enviadas, para esta CPI, cópias de leis e de projetos de lei que buscam o combate e o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, que foram aprovados ou estão em tramitação nas Assembleias Legislativas de todo o País”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Requerimento aprovado.

Item 16.

Requerimento nº 25, de 2012, da Deputada Liliam Sá, que *“requer cópia do relatório final da CPI das Crianças Desaparecidas, realizada por esta Casa, na última Legislatura”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Requerimento aprovado.

Item 17.

Requerimento nº 26, de 2012, da Deputada Liliam Sá, que *“requer sejam convidados para audiência pública o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal; o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a Secretaria*



Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a Secretaria de Políticas para Mulheres; a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Deputadas e Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Requerimento aprovado.

Estes eram os requerimentos que estavam à mesa para que pudessem ser apreciados no dia de hoje.

Eu vou lembrar que os requerimentos, para serem objeto de discussão e de deliberação nesta CPI, devem ser protocolizados, ou seja, devem ser estabelecidos ou registrados na CPI, até as 18h do dia anterior. Então, apreciamos esses requerimentos e vamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Sra. Presidenta, questão de ordem.

Sra. Presidenta, diante da quantidade de requerimentos, tanto para se ouvir determinadas pessoas, como também de audiências públicas, eu gostaria de sugerir, como também temos fatos graves praticamente em todos os Estados da Federação, e foi solicitado o relatório de todos esses Estados em que houve uma CPI, que pudéssemos agilizar isso, já que só temos 120 dias, com essas audiências em cada Estado.

Se tudo for acontecer aqui, com certeza, não cumprimos o prazo estabelecido. A meu ver, surte mais efeito ou tanto efeito quanto aqui, realizando-se nos Estados, porque o acesso, a convergência acaba se tornando facilitada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado, na medida em que os requerimentos sejam registrados nesta Comissão, vamos apreciá-los. Estamos abertos. Temos alguns requerimentos de audiências públicas para serem realizadas em Unidades da Federação. E os estamos aprovando na medida em que chegam à Comissão. Obviamente, ao serem aprovados, vamos também aproveitar as audiências públicas para efetivar diligências importantes para encorpar o trabalho desta Comissão.

Portanto, já aprovamos aqui audiência pública no Amapá, outra em São Paulo e outra na Paraíba. Então, se os Deputados acharem por bem realizarem essas



audiências públicas em determinadas cidades, estamos absolutamente à disposição e, obviamente, vamos disponibilizar todo o material que chegar a esta Comissão e que seja relativo às investigações ou apurações acontecidas naqueles Estados.

Inclusive, no seu Estado, que é o meu Estado também, temos uma série de trabalhos efetivados, investigações sendo feitas. E recebemos uma correspondência da Relatora de uma CPI — parece-me que do Município de Fortaleza —, em que ela se coloca à disposição para conversar e contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Deputado...

O SR. DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO - Presidenta, eu gostaria de sugerir, como foi feito na reunião passada... Acho que temos um vasto material já nas Assembleias Legislativas, em várias Câmaras Municipais, aqui no Distrito Federal, que deve ser encaminhado a esta CPI, conforme requerimentos já aprovados. Não podemos gastar energia. Como disse o Deputado, temos 120 dias para buscar alguns encaminhamentos, encaminhamentos estes que não podem, mais uma vez, frustrar a sociedade. Porque quando se cria uma CPI na Câmara Federal e nos Estados, acaba-se não buscando uma alternativa, uma legislação, um procedimento que atinge o País como um todo.

Então, gostaria de sugerir a V.Exa. e a esta Comissão que criemos sub-relatorias ou grupos de trabalho — o nome não importa — para avaliar esses relatórios. Primeiro, dar prazo para essas Assembleias Legislativas encaminharem os relatórios para esta CPI. Segundo, devemos sentar e depurar esses relatórios dessas CPIs. E, com certeza absoluta, há um vasto material de onde poderíamos tirar coisas para propor legislação ou encaminhamentos. Porque eu tenho a impressão de que não teremos tempo de fazer audiência pública em todos os Estados. Não adianta. Não haverá tempo para isso. Acho que é muito mais racional criarmos esse grupo de trabalho, para podermos fazer um levantamento nas CPIs que já foram realizadas, inclusive já foi feita a da infância aqui nesta Casa, como está em requerimento aprovado hoje.

Parece-me que ia haver uma reunião na semana passada ou nesta semana, com o Presidente Marco Maia, para que pudéssemos estabelecer as condições de recursos para esta CPI, tanto material quanto financeiro, para que possamos fazer



as audiências públicas fora de Brasília, pois o custo é muito alto. Gostaria de saber de V.Exa. se já existiu essa reunião, se não podemos acelerar essa reunião para buscarmos os encaminhamentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado, nós vamos, em seguida... Eu pediria silêncio aos participantes desta audiência pública, ou desta reunião de deliberação e de audiência pública.

Gostaria de informar a V.Exa., Deputado, que nós já entramos em contato com representantes de outras CPIs e vamos buscar um agendamento ainda no dia de hoje. Não significa que agendaremos para hoje, mas ainda no dia de hoje vamos buscar agendar uma reunião com o Presidente Marco Maia. E nós queremos também que estejam conosco os representantes da Mesa Diretora, enfim, os componentes das outras CPIs, da CPI do Trabalho Escravo e da CPI do Tráfico de Pessoas, porque nós achamos... Não falo da CPI da Violência contra a Mulher porque ela é uma CPI mista, mas essas três CPIs a que eu me referi vão ter um diálogo entre si, porque vão lidar com temáticas que se cruzam em determinado momento e estão em funcionamento nesta Casa.

Nós vamos fazer um trabalho — o conjunto dos representantes das Mesas Diretoras dessas três CPIs — para, de forma uníssona, buscarmos o aumento da estrutura, otimizarmos. Nós optamos... Estivemos hoje na CPI do Tráfico de Pessoas e já entramos em contato também, vamos entrar em contato com a CPI do Trabalho Escravo, para que possamos unificar os esforços e fortalecer o pleito de termos mais estrutura.

Nós vamos fazer o seguinte: vamos assistir ao vídeo e, em seguida, vamos passar a palavra para os nossos convidados, num prazo máximo de 20 minutos; depois, nós passaremos para a Relatora, que não dispõe de prazo estabelecido para os seus esclarecimentos. Passaremos para o proponente das oitivas, Deputado Luiz Pitiman, e abriremos para os Parlamentares que quiserem usar a palavra por um prazo máximo de 5 minutos. Em seguida, devolvemos a palavra para os convidados e encerramos com os encaminhamentos necessários essas duas oitivas que estão se realizando em audiência pública.

Peço à assessoria que... *(Pausa.)* Então, vamos deixar para tão logo estejamos em condições operacionais para a divulgação do vídeo.



O Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal disse que já conhece o vídeo e que tem todas as condições de opinar e de fazer as suas colocações acerca dos fatos que estão retratados no vídeo, que iremos assistir, sem nenhuma dúvida, tão logo tenhamos condições operacionais para tanto.

Então, eu passo a palavra, neste momento, por um prazo máximo de 20 minutos, para o Coronel Suamy Santana da Silva, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a nossa querida Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, os Srs. Deputados, as companheiras e companheiros e os policiais militares aqui presentes.

Assumi o comando da Polícia Militar agora na sexta-feira, às 17 horas, no olho de um furacão. Estamos já voltando à normalidade da prestação de serviço da Polícia Militar e podemos agora, com mais tranquilidade, ditar a nossa política de comando.

Eu já tinha conhecimento sobre o fato ocorrido, porque eu estava como Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Distrito Federal, e eu dei o encaminhamento para a Polícia Militar apurar esses fatos, com muita indignação, porque realmente as cenas desse vídeo são fortes. O depoimento das vítimas também tem detalhes que me parecem bem convincentes sobre a legitimidade do que se coloca. E essa indignação vem porque, além de pai de cinco filhos, além de policial que traz em sua trajetória de vida um histórico de militância na área de direitos humanos, percebo a necessidade urgente de um sistema de controle mais eficiente da Polícia. Uma polícia democrática tem de ser fundamentada necessariamente no respeito aos direitos humanos, tendo os direitos humanos não só como dever, mas, também e principalmente, como uma necessidade de promoção por parte da instituição policial.

Eu passei às mãos dos senhores uma cartilha sobre enfrentamento da pedofilia que foi elaborada no meu comando, quando Comandante da Academia de Polícia Militar. Passei a todos, e gostaria de passar aqui à Mesa. *(Pausa.)*

As providências legais em relação a essas denúncias estão sendo tomadas. Nós instauramos um inquérito policial militar; esse inquérito foi concluído sem a possibilidade de se identificar a autoria; foi remetido ao Ministério Público Militar.



Ontem, eu estive com os promotores do Ministério Público Militar, e esse inquérito nos foi devolvido, para que, em mais 60 dias, pudéssemos trabalhar melhor para verificar se é possível buscar a autoria e materialidade desse crime. Agora, eu acho que nós temos de avançar um pouco mais. O fato aconteceu; o fato deve ser apurado; se identificados os responsáveis, eles devem ser punidos no limite da sua responsabilidade. Mas, mais do que isso, eu entendo que a Polícia Militar do Distrito Federal deve iniciar um processo de desenvolvimento de uma política específica para enfrentar essa questão. E essa cartilha que os senhores receberam e que tem como um protagonista, logo de capa, um policial militar fardado, representa, de forma simbólica, a preocupação da corporação em relação a esse tema.

Direitos humanos, para a Polícia, como coloquei, não é apenas um dever, mas uma obrigação de promoção desse direito. Então, vamos partir para uma fase de capacitação dos nossos policiais em relação à temática. É importante frisar que essa discussão passa pela necessidade de construção de uma grande rede — e a Secretaria da Criança e Adolescente tem, em sua formação, essa atribuição. E a Polícia Militar do Distrito Federal estará compondo essa rede, com certeza.

Só para citar um exemplo, é possível, num trabalho nas rodovias do Distrito Federal, reduzir a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes com um trabalho da Polícia Militar semelhante ao que é feito hoje pela Polícia Rodoviária Federal. Esse é só um exemplo do que pode ser feito. Um sistema de controle eficiente também. Agora, quanto assumi o Comando da Polícia, na sexta-feira, nós iniciamos um trabalho de retomada e foi constituída uma polícia disciplinar na corporação, para controle e fiscalização do trabalho da Polícia. Entendo que esse é um ponto importante. Toda polícia deveria ter um sistema de controle.

Nós estamos também desenvolvendo um projeto que tínhamos na época, como Comandante da Academia de Polícia, e que vamos implementar agora, que é a constituição de um prêmio de qualidade para os órgãos da Polícia Militar, as unidades da Polícia Militar que tiverem indicadores que demonstrem a eficiência e a eficácia da ação desse órgão no enfrentamento da pedofilia, da violência e da exploração de crianças e adolescentes. Então, seria um prêmio de qualidade. Ou seja, temos aí várias possibilidades de participação nesse processo para a construção de uma política específica para o tema. Então, o Comando da Polícia



Militar não vai se furtar, em hipótese alguma, a esclarecer essas denúncias. E, sendo constatada, efetivamente, a participação de algum policial, nós tomaremos as medidas penais e disciplinares cabíveis.

Agora, gostaria, finalizando a minha fala, de dizer que a nossa Polícia tem um histórico de militância na área de direitos humanos. A Polícia Militar do Distrito Federal é reconhecida no Brasil como uma Polícia que promove direitos humanos. Nós temos baixíssimas taxas de denúncias de violações de direitos humanos aqui no Distrito Federal — e esse é um ponto positivo. Agora, o importante é que não tenhamos nenhuma denúncia de violação de direitos humanos. Sabemos que todas as corporações têm todo tipo de pessoa. A Polícia Militar não é diferente, até porque seus integrantes vêm da própria sociedade. Agora, identificando esses indivíduos que têm desvios de comportamento, desvios morais, desvios éticos, com certeza, temos o dever e a obrigação, como Comandante, de tomar as providências cabíveis.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Comandante Suamy.

Concedo a palavra à Dra. Luisa de Marillac, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 20 minutos.

A SRA. LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS - Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Eu cumprimento os Deputados na pessoa da Deputada Erika Kokay, representante do Distrito Federal, e do Deputado Luiz Pitiman, a quem eu devo o convite que me foi feito para estar aqui.

Na Promotoria da Infância e da Juventude cível, de defesa dos interesses individuais, indisponíveis, coletivos e difusos, que é a Promotoria onde eu trabalho, nossa atribuição está relacionada à proteção de crianças e adolescentes, tanto na esfera processual, judicial, quanto na esfera extrajudicial, no que diz respeito à fiscalização de políticas públicas. Então, as denúncias que nos chegam, relacionadas... Como essa denúncia que foi noticiada nessa reportagem, a apuração dessa denúncia não fica a cargo da Promotoria da Infância de que eu faço parte, porque se trata de uma conduta ilícita, praticada, no caso, por policiais militares. Nesse caso, a fiscalização está a cargo das promotorias militares, responsáveis pela



persecução criminal de policiais militares que cometem ilícitos. Não se tratando de crimes praticados por policiais militares, as promotorias criminais é que fazem a persecução criminal, fazem a responsabilização criminal, buscam a responsabilização criminal dos agentes dos ilícitos. A Promotora da Infância e da Juventude, quando recebe essas denúncias as encaminha para as promotorias que vão fazer a responsabilização criminal. Nossa atuação está relacionada à proteção da criança e do adolescente quando há necessidade de medidas judiciais de proteção, e à fiscalização de políticas públicas.

No âmbito desse assunto, dessa temática, a Promotoria da Infância e da Juventude já vem atuando há bastante tempo. Tivemos, inclusive, a participação de uma promotora de justiça na CPI anterior, que concluiu seus trabalhos em 2004, a CPI de exploração sexual. A Promotoria de Justiça a que pertenço, em 2008, foi chamada a participar de um debate público no Distrito Federal a respeito de uma série de reportagens do *Correio Braziliense* sobre a exploração sexual infantojuvenil na Rodoviária de Brasília.

Em razão dessas denúncias, eu estive, em certa ocasião, no Projeto Giração, um projeto da sociedade civil não organizada, financiado pela PETROBRAS, que fazia atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Inclusive, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, que a Deputada Erika Kokay presidia, chegou a fazer um vídeo, na época. E participamos eu, como promotora da infância, e o Promotor Mauro Faria, da Promotoria Militar, e fizemos uma oitiva informal de crianças e adolescentes em situação de rua que eram atendidos pelo Projeto Giração.

Desde então, em 2008, eu tomei conhecimento de fatos que ocorrem na Rodoviária envolvendo crianças e adolescentes e, infelizmente, policiais militares. E digo infelizmente porque tenho um respeito profundo pela Polícia Militar do Distrito Federal. A Promotoria da Infância e da Juventude tem a Polícia Militar como uma parceira. Temos projetos conjuntos — projetos de segurança escolar... A Promotoria já foi convidada a participar de palestras de capacitação de policiais que participam do PROERD.

Então, temos um histórico de parceria. O Comandante afirmou que a Polícia Militar do Distrito Federal tem buscado orientar-se, pautar-se pelos direitos humanos.



Isso é o que, de fato, temos visto, embora também tenhamos conhecimento de casos de agentes que não se pautam pelos direitos humanos, infelizmente.

Nessa ocasião, em 2008, fizemos oitivas de várias crianças e adolescentes; oitivas informais, porque muitos têm muito medo de formalizar essas oitivas, de assinar termos de depoimento, com medo de represálias.

Depois foi aberta uma investigação no Ministério Público, mais especificamente na Promotoria Militar, em razão dos nomes que foram mencionados, e algumas crianças e adolescentes, confiantes no trabalho da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa e do Ministério Público, se dispuseram a prestar alguns depoimentos. Mas esses depoimentos formais já não foram feitos perante mim, mas perante a Promotoria Militar.

Desde então, a Promotoria da Infância e da Juventude vem trabalhando na fiscalização de políticas públicas para essa área. Tínhamos, nessa época, o Projeto Giração como um trabalho realizado por uma organização não governamental. A partir de articulações das quais participamos, conseguimos que no Distrito Federal se iniciasse a execução desses trabalhos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua por uma política pública, hoje também chamada de Giração, mas que não é mais um projeto e sim uma política pública executada pela SEDEST.

Então, na SEDEST, na época, havia problemas de sede, de onde esses meninos poderiam ficar, de invasões dessas sedes. E, a partir dessas reportagens, infelizmente, no Distrito Federal nós tivemos um início de reação de política pública que não era a mais adequada, porque afugentava as crianças e adolescentes, em vez de protegê-las.

E nós começamos a trabalhar desde então para que houvesse uma política pública no Distrito Federal. Hoje temos uma política pública ainda incipiente.

Neste momento, a Promotoria da Infância e da Juventude está trabalhando junto com a SEDEST para a elaboração de mais um termo de ajustamento de conduta no sentido de fortalecermos as medidas de proteção à criança e ao adolescente de acolhimento e também de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, com — quem sabe? — a criação de mais uma casa de apoio a crianças e adolescentes nos moldes do Giração na Ceilândia, porque hoje temos isso só no Plano Piloto. Mas o fato é que, acompanhando essas políticas,



constatamos que essas notícias de envolvimento de policiais militares, na Rodoviária de Brasília, em atos de violência contra crianças e adolescentes são recorrentes. São recorrentes as notícias de violência de policiais contra crianças e adolescentes que participam, que são atendidas por esses serviços e que, muitas vezes, não querem fazer nenhum depoimento formal porque, infelizmente, não se sentem seguras, não acham que existe um aparato estatal suficientemente seguro para ampará-las se fizerem um depoimento como esse.

Eu fico muito feliz de estar aqui discutindo o problema, com a presença do Comandante da Polícia Militar, porque várias propostas o Ministério Público apresentou em diálogos, a partir desses fatos de 2008, no sentido de que haja uma capacitação constante desses policiais, talvez uma capacitação diferenciada dos policiais que atuam nesses setores em que há uma população infantojuvenil de rua mais presente. Talvez precisemos trabalhar com uma questão que é difícil para a sociedade brasileira, que é o reconhecimento do direito à liberdade de crianças e adolescentes. Eles têm o direito de ir e vir, de estar nos locais públicos.

Nós não podemos trabalhar com crianças e adolescentes em situação de rua na perspectiva de retirar os meninos das ruas e colocá-los em algum lugar.

Precisamos trabalhar com políticas públicas de atendimento e medidas de proteção às quais esses meninos possam aderir. Não podemos cometer, com o objetivo de evitar violências, mais uma, que é a violação à liberdade dessas crianças e adolescentes.

Essa é uma questão muito delicada. Há, no País, uma dificuldade muito grande de se entender esse direito à liberdade de crianças e adolescentes, inclusive o direito à liberdade de estar na rua e ser atendido na rua, ter o atendimento das políticas públicas onde quer que estejam. Acho que temos ainda muita dificuldade de perceber crianças e adolescentes como sujeitos de direito. Mas penso que essa CPI tem condições de avançar nessa temática no País inteiro. E aqui, no Distrito Federal, eu penso que é uma oportunidade de retomarmos essa discussão e de realmente fazermos uma parceria entre os vários órgãos públicos para podermos transformar essa realidade verificada na Capital do País, no coração do Brasil, que é a Rodoviária — se ela é o coração de Brasília, é o coração do Brasil.



Temos uma situação ainda grave lá, que foi denunciada também — viu, Comandante? — por uma pesquisa que foi feita pela UnB na época. Em 2008, a UnB iniciou uma pesquisa com crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, e o mais interessante é que nomes que eram relatados continuaram sendo relatados 1 ano, 2 anos depois, durante a pesquisa, continuaram os mesmos nomes sendo mencionados como agentes de violação dos direitos dessas crianças e adolescentes. Então, talvez possamos, sim, trabalhar com isso de uma forma diferenciada, buscando transformar essa situação, e iniciar essa transformação pela Rodoviária de Brasília, aqui no Distrito Federal. Eu penso que podemos começar por aí. Eu acho que hoje temos condições muito melhores do que as que tínhamos em 2008.

Hoje temos uma série de serviços que, a partir dessas articulações políticas, conseguimos que fossem instaurados ali na Rodoviária. Temos assistência social na Rodoviária, temos CAPS, temos uma série de serviços de saúde, de assistência, Conselho Tutelar, e a própria Polícia sediada ali. E podemos desenvolver uma política mais consistente e mais dirigida à proteção dessas crianças e desses adolescentes. A Promotoria da Infância e da Juventude será, certamente, parceira. Estamos à disposição desta Comissão para quaisquer outros esclarecimentos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Luisa de Marillac. Gostaria apenas de contextualizar, porque vamos ver agora os vídeos de depoimentos de crianças, adolescentes e jovens colhidos por esta Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

Foram, em 2008, largamente divulgadas pela imprensa situações de exploração sexual atingindo crianças e adolescentes em situação de rua na zona central do Distrito Federal. Crianças e adolescentes que se submetiam a toda sorte de exploração sexual, fazendo programas por 2 reais, 3 reais, 4 reais, muitos deles para alimentar a sua dependência de substâncias entorpecentes.

Portanto, houve essa denúncia, largamente divulgada em todo o Distrito Federal. Houve uma comoção, um posicionamento do CNJ, à época, do próprio Supremo, o Governo do Distrito Federal tentou estabelecer um grupo intersetorial



com várias políticas públicas, várias Secretarias, para fazer frente à realidade que foi largamente divulgada em todo o Distrito Federal.

Em seguida tivemos várias denúncias de que havia um processo de limpeza étnica, que a decisão mais imediata, a ação mais contundente do Governo estava na condição de retirada dessas crianças e adolescentes das ruas e do impedimento de que eles pudessem ter liberdade de ir e vir na zona central do Distrito Federal. Era como se houvesse uma limpeza étnica para que esses adolescentes sumissem e não pudessem estar sob os olhos das pessoas, da sociedade de Brasília. Nós encontramos, inclusive, várias crianças e adolescentes com muitas lesões, com muitas marcas de violências cometidas, segundo eles, por policiais militares. Os adolescentes estavam confinados. O Projeto Giração, aqui mencionado, financiado pela PETROBRAS, que buscava estabelecer vínculos e uma política para crianças e adolescentes em situação de rua e sem perspectiva de abrigamento, passou a abrigar essas crianças e esses adolescentes que fugiam da violência policial.

Nós tivemos, então, uma série de discussões, de negociações, e essas crianças acabaram tendo o acolhimento de uma Secretaria do Distrito Federal, em um espaço, aí já com uma política de abrigamento financiada pelo próprio Estado, pelo Governo do Distrito Federal, do mesmo Projeto Giração.

Portanto, essas denúncias se deram em 2008. Em 2008 foram colhidos alguns depoimentos que atestavam toda a sorte de violência, inclusive violência sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses depoimentos foram colhidos pela Promotoria Militar do Ministério Público do Distrito Federal.

No ano passado nós colhemos de novo depoimentos para saber o que havia de fato se modificado na vida dessas crianças e adolescentes. As denúncias se repetiram, foram exatamente as mesmas, porque não foi houve, parece-me, nenhum processo mais profundo de apuração, de investigação. Nós, então, fizemos esse vídeo com os depoimentos de crianças e adolescentes e encaminhamos para o Comandante da Casa Militar do Distrito Federal e para o Secretário de Segurança do Distrito Federal. O Secretário de Segurança abriu um procedimento de investigação, a cargo da Corregedoria do Distrito Federal.

Tive a oportunidade de fazer uma leitura muito rápida do resultado dessa investigação, que sugere o arquivamento. Segundo li, uma das medidas que foram



tomadas foi o acompanhamento dos policiais que estavam sendo nominados — são pelo menos dois policiais que foram nominados pelos adolescentes e crianças como autores de violência sexual; que uma pessoa, um policial acompanhou esses policiais que estavam sendo denunciados e, obviamente, não se percebeu nada e não se investigou nada. Aí, a Corregedoria, que teve a oportunidade de colher o meu depoimento, inclusive, começou, introduziu o depoimento da seguinte forma: *"Eu não acredito na denúncia que esses adolescentes e essas crianças estão fazendo."* E eu disse a ele, na ocasião: *"O senhor não tem que acreditar nem deixar de acreditar, o senhor tem que investigar porque as crianças e os adolescentes se sentem muito frágeis"*. Eles disseram — palavras literais —: *"A corda sempre arrebenta do lado mais fraco"*.

Então, eles têm muita descrença no Estado, muita descrença de que é possível fazer uma investigação que resulte na punição dos denunciados, caso seja atestada a sua responsabilidade.

Portanto, precisamos eliminar a impunidade ou a sensação de impunidade, porque, entre outras coisas, ela naturaliza a violação de direitos.

Portanto, é muito importante — e nós já fizemos essa discussão na reunião passada, da importância, e já aprovamos hoje, a partir de iniciativa do Deputado Luiz Pitiman, requerimento para que o Promotor Militar do Ministério Público do Distrito Federal compareça a esta Comissão, para que o inquérito não seja encerrado, porque o inquérito foi superficial, a investigação foi extremamente superficial. Eu não posso afirmar, porque não tenho segurança para fazê-lo, se os policiais sabiam ou não sabiam que estavam sofrendo um processo de investigação. Então, é sugerido o arquivamento por falta de materialidade. Mas, pelo que pude ler do processo, o processo é muito frágil, a investigação foi muito fragilizada, foi muito superficial, e não permite realmente atestar-se se há veracidade ou não nos depoimentos dos adolescentes.

Aliada a isso, houve essa denúncia feita em uma delegacia do Distrito Federal, uma delegacia que funciona na zona central do Distrito Federal, de abuso sexual, ou seja, de violência sexual contra uma adolescente em situação de rua — aqui já foi lida pelo Deputado Pitiman a fala dessa adolescente. Isso se agrega a várias denúncias de violência e de abuso sexual. Inclusive, os adolescentes



denunciam que há um espaço que fica na Rodoviária do Distrito Federal, parece-me, ou na zona central do Distrito Federal, que é nominada como Casa de Massagem, e os adolescentes dizem que esse espaço é o espaço onde há toda a sorte de tortura, inclusive abuso sexual por parte de alguns policiais.

Eu sempre vou reafirmar que as denúncias não são generalizadas, referem-se a alguns policiais. Nós não estamos colocando em questão a honestidade, a lisura e a ética profissional dos policiais militares do Distrito Federal. Longe disso. São alguns policiais que são denunciados como violadores. Há denúncias as mais variadas. Denúncias de adolescentes que foram submetidas a sevícias sexuais por sete policiais, oito policiais, e essa última denúncia que uma adolescente formalizou em uma delegacia do Distrito Federal. Estamos solicitando que a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente assuma a investigação, porque há uma leitura calcada no que prevê a nossa legislação, que é a doutrina de proteção integral.

Feita essa contextualização, nós vamos passar o vídeo, que, na verdade é um extrato dos depoimentos dessas crianças e desses adolescentes. Em seguida vamos passar a palavra, como já foi dito, para a Relatora, para o proponente dessas oitivas e para os Deputados que dela quiserem fazer uso.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Gostaria, Deputada, só de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou passar, então, a palavra, a pedido, para o Comandante da Polícia Militar.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Nós estivemos no Ministério Público Militar ontem. Esse inquérito retornou à Polícia Militar e foi nomeado outro encarregado, que terá o prazo de 60 dias para robustecer esse inquérito, porque realmente esse inquérito está muito frágil. Essa foi a primeira medida tomada. Quanto a esse segundo caso, ele está sob segredo de Justiça e está em andamento na Delegacia, como a senhora bem disse, e nós o estamos acompanhando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Folgo em saber que o inquérito não foi arquivado, porque, na verdade, houve um arremedo de investigação, que deixou um sentimento de impunidade. Eu me lembro muito bem do que me diziam as crianças e os adolescentes: *“A senhora, quando sair daqui, vai*



para casa. Nós vamos continuar aqui, nos deparando todos os dias com esses policiais que nós estamos denunciando”.

Portanto, para nós é muito importante podermos romper o medo, romper o silêncio, romper esse sofrimento, um sofrimento calado por não termos o inquérito sendo feito, como eu vi. A peça foi construída, o Comandante está aqui com a peça... É uma peça extremamente frágil, uma investigação que parece ter sido feita apenas para dizer que alguma coisa foi feita, mas não havia a intenção objetiva de investigar nada.

Repito: a pessoa que veio colher o meu depoimento, em nome da Corregedoria, introduziu a discussão dizendo que não acreditava nas denúncias que ali tinham sido feitas.

O SR. DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO - Foi a pedido do senhor, Comandante, que esse processo voltou agora para um novo encarregado?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Foi a pedido do Ministério Público. Eu tive essa reunião e houve consenso no sentido de que há necessidade de se investigar mais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então vamos assistir ao vídeo que foi feito com esses depoimentos e depois vamos passar a palavra para a Relatora, para o proponente e para os Deputados e Deputadas que quiserem fazer uso da palavra.

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vimos parte dos depoimentos, que foram bastante longos. Inclusive, temos outra gravação, também de 2008, em que as denúncias são exatamente as mesmas, às vezes mais detalhadas.

Lembro-me da fala de um adolescente, que, segundo sua denúncia, estava também sendo abusado, e esse adolescente, um menino, dizia: *“Sabe o que eu quero? Eu quero a possibilidade de ter o crachá desse policial”.* Ou seja, ele quer a possibilidade de o policial não utilizar mais o crachá — era a fala dele — para poder ser agente da sua violação. São as denúncias que foram apresentadas. São as mesmas denúncias que foram feitas em 2008. Esse vídeo é de 2011, ano passado. São as mesmas denúncias que foram apuradas numa pesquisa financiada pelo



Fundo de Amparo à Pesquisa aqui do Distrito Federal com moradores em situação de rua ou pessoas em situação de rua. São as mesmas denúncias apuradas por uma outra pesquisa, financiada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que também trabalhou com crianças e adolescentes em situação de rua na zona central do Distrito Federal. São as mesmas denúncias. Algumas têm nomes de policiais, outras têm apenas os fatos, enfim, e que vão passando ano a ano e nós não vemos uma resposta, ou seja, uma apuração que não deixe dúvida. A apuração feita, repito, o inquérito feito é extremamente superficial, com erros absolutamente primários. E sugere, ao final, o arquivamento. Eu fico muito feliz ao saber que o Ministério Público solicitou... Fizemos a sugestão, na última reunião desta CPI, de que o Ministério Público solicitasse o retorno do inquérito para que fosse feita outra investigação.

Enfim, eu vou passar agora a palavra para a Relatora, Deputada Liliam Sá. Solicito ao Deputado Luiz Pitiman, 1º Vice-Presidente desta Comissão, que assuma a presidência por alguns minutos. Depois da Deputada Liliam Sá farão uso da palavra o Deputado Luiz Pitiman e os demais Deputados e Deputadas que assim o desejarem.

Solicito ao Deputado Luiz Pitiman, 1º Vice-Presidente desta Comissão, que assuma a presidência por alguns minutos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sras. e Srs. Deputados, autoridades, membros da imprensa, boa tarde. Quero agradecer ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal por se dispor a vir contribuir com esta CPI.

Quero agradecer também à Dra. Luisa de Marillac, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Distrito Federal.

Eu estou com um nó na garganta, porque o vídeo a que assistimos causa-nos repulsa e indignação. Sabemos do esforço da Polícia Militar para manter a sua imagem positiva diante da sociedade. Como disse a nossa Presidenta, Deputada Erika Kokay, não podemos generalizar os fatos. Mas o que é intrigante é que não é a primeira vez que policiais militares do Distrito Federal são acusados de abuso sexual infantojuvenil. Sabemos que isso aconteceu em 2008, há casos de 2009 e algumas notícias que saíram na mídia, como esta: *“PM já conhecia denúncias de*



abusos sexuais contra jovens, diz Corregedor". Diz a matéria, de 3 de abril de 2012, feita pela Agência Brasil:

"Há pouco mais de um mês no cargo, o Corregedor-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Francisco Carlos da Silva Niño, disse que já conhecia as denúncias de agressões físicas e sexuais a jovens moradores de rua investigados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (...) em 2008."

O Coronel, na entrevista, disse que providências cabíveis iriam ser tomadas se as denúncias fossem confirmadas. Mas essas providências, diante desses fatos, já deveriam ter sido tomadas como medidas preventivas.

O *Correio Braziliense* diz assim:

"Por semana, são registrados dois casos de abusos ou violência sexual contra menores no DF".

Hoje mesmo eu vi na Globo — não me lembro se foi no *RJTV*, eu estava vindo do aeroporto, acho que foi — dizerem que 14 pessoas, só este ano, foram presas acusadas de abuso sexual. Esse também é um ponto para a Polícia, porque não são só acusações, vocês também estão tendo ações efetivas.

"A divisão especializada em desrespeitos cometidos contra garotos e garotas com menos de 18 anos registrou 131 ocorrências de violência sexual em 2009. Os dados apontam para uma média de mais de dois casos por semana em todas as regiões administrativa da capital do país. Os abusos representam 18% do total dos crimes do ano passado. Aparece na segunda colocação, perdendo apenas para maus-tratos (20%)"

"Meninos e meninas vivem nas ruas do Distrito Federal e acusam policiais militares de agressão física e sexual".

Essas são as matérias que nós temos. E eu quero dizer para vocês que nós não podemos dizer que esses policiais são policiais, porque eles não merecem usar



a farda da Polícia Militar. Elementos como esses têm de ser afastados, banidos da sociedade, porque é dever deles proteger a sociedade, proteger as nossas crianças. No caso das crianças que estão nas ruas, é dever deles até investigar onde estão suas famílias, o que está acontecendo, procurar as varas da infância, os conselhos tutelares, para ver a situação dessas crianças, e não deixá-las fragilizadas, em situação vulnerável, à mercê da própria sorte.

A preocupação desta CPI vai além de punir culpados. A intenção é fazer uma rede, em todo o Brasil, de proteção à infância e à adolescência. A doutora disse que temos que capacitar os policiais. Sim, os policiais que são éticos, porque caráter nós não podemos capacitar.

Então, eu quero fazer algumas perguntas ao Coronel Suamy.

Coronel, o senhor até já explanou sobre algumas coisas e respondeu a outras, mas é bom o senhor reafirmar o posicionamento da Polícia Militar.

Quais as providências tomadas pela Corregedoria da PM? Os policiais envolvidos estão trabalhando? Ou foram afastados? Ou foram submetidos a tratamento psicológico para esses desvios éticos e morais, conforme o senhor disse?

Eu prefiro fazer uma pergunta de cada vez para o senhor ir respondendo.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Primeiramente, gostaria de frisar que a Corregedoria da Polícia Militar tem relevantes serviços prestados à corporação. Ela não se pauta pelo corporativismo, apesar de que o corporativismo está presente em todas as instituições corporativas, inclusive nesta Casa. A questão do corporativismo é crônica, burocrática, que, evidentemente, temos de combater sempre. A Corregedoria tem de ser sempre observada nesse sentido para que não pratique o corporativismo. Não quero dizer que alguns companheiros da Corregedoria tenham uma visão diferenciada e esses devem ser afastados de imediato dessa atividade correcional.

Apesar das denúncias e citação de nomes, não foi identificada autoria. Dos nomes que foram citados, verificando-se no quadro de efetivo da corporação, de 15.200 homens aproximadamente, apenas um nome teve alguma semelhança, o de um policial que trabalha no 6º Batalhão de Polícia Militar e presta serviço em Samambaia.



Então, esses nomes que foram citados não foram identificados como indivíduos da Polícia Militar de pronto. Uma grande dificuldade que tivemos também foi identificar as pessoas que denunciam. Nenhuma delas foi localizada, até, talvez, para a preservação da identidade e da integridade dessa pessoa. Então, não se tem alguém que possa dizer categoricamente que foi esse ou aquele, porque poderíamos até colocar à prova, num reconhecimento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Coronel, as crianças viram os policiais. Vocês não fizeram uma acareação com essas crianças? Não fizeram retrato falado? Não fizeram com que elas fizessem o retrato falado para identificar esses policiais?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Essas crianças não foram ouvidas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nem sequer foram ouvidas? Vocês não pegaram os depoimentos delas?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Exatamente. Agora retornou para que se busque, a partir do denunciante, a identidade das pessoas que possam falar como vítimas. Não há nenhuma criança ou nenhum adolescente que tenha sido ouvido numa condição de vítima. Nós tivemos denunciante que citam que crianças estão sofrendo abusos por parte de nomes de policiais que não são policiais da instituição. Então, esses nomes também devem ter sido alterados.

Não estou dizendo, em hipótese alguma, que não aconteceu. Até por uma questão de medo — e isso é comum por conta da fragilidade dessas crianças em situação de rua —, esse anonimato. Então, evidentemente, temos de trabalhar de forma mais científica para buscar consolidar provas que permitam identificar esses indivíduos.

Agora, eu estava falando até para a nossa promotora: acompanhar agora não adianta, porque esses indivíduos agora vão se omitir na prática desses atos. Então, nós teremos que ter uma estratégia para verificar.

Eu até concito a todos que seja dada publicidade, que possam falar e identificar os autores ou mesmo pessoas que possam relatar: *“Olha, ele é assim; ele tem um bigode; ele tem um traço assim, tem uma cicatriz, tem uma tatuagem”*, qualquer coisa que nos permita identificar. Mas isso não foge — por isso retornou o inquérito — a condições, hoje, de investigação, de tecnologia e de inferência que



possam trazer a autoria, muitas vezes até utilizando um resíduo de pele ou alguma coisa nesse sentido. Então, o inquérito vai retornar e o encarregado terá 60 dias para buscar provas que identifiquem essa autoria.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quer dizer que ainda não houve uma representação oficial contra esses policiais?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Mas contra quem representar? Não existe identificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Pitiman) - Só um momento, Coronel e Relatora. Eu peço ao 2º Vice-Presidente, Deputado Jean Wyllys, que assuma a presidência, em função de uma reunião urgente que está ocorrendo da bancada do Distrito Federal. *(Pausa.)*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E o senhor já tinha visto esse vídeo antes?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Sim, eu já tinha visto o vídeo. Como eu disse, estou há 2 dias como Comandante-Geral da Polícia Militar, mas eu era o Secretário-Adjunto de Segurança Pública, trabalhando com o Secretário Sandro Avelar. Essa denúncia, inicialmente, passou por mim e tomamos as providências pela Secretaria de Segurança. Agora, no Comando-Geral, a senhora pode ter certeza de que, operando efetivamente as ações, vamos buscar a autoria desse famigerado crime.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que tipo de providências foram tomadas? O senhor disse que não houve uma representação formal, mas foram citados os nomes de alguns policiais, não é?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Foram citados nomes que não foram identificados como de policiais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E o senhor os chamou para ouvi-los?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Sim. Não. Veja bem, no momento em que se citou o nome... Inclusive, não é nome, é apelido. Soares. Soldado Soares. Nós buscamos, nos bancos de dados da Polícia Militar, entre os 15.200 policiais, quem tinha o sobrenome Soares, a gente identificou. Houve acareação. A maioria



não trabalhava, só tinha um que trabalhava mais próximo, que era esse do 6º Batalhão, e que também não foi possível acusar.

É importante verificar que nós estamos em um Estado Democrático de Direito, e é fundamental que a gente tenha um processo com o devido processo legal, até para que a gente não cometa injustiças e acuse aqueles que não fizeram efetivamente o ato.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há alguma estatística do número cometido de abusos no Distrito Federal? Essa estatística de 18% é verdadeira?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Olha, eu não tenho conhecimento sobre essas estatísticas. Eu tenho como plano de comando incrementar ações de controle na área de direitos humanos. Certamente, nós vamos ter indicadores mais fidedignos em relação... Eu não conheço essa estatística, não conheço como foi elaborada e como esse indicador foi colocado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Coronel, o Ministério Público investigou há 3 anos denúncias de abuso sexual cometido por policiais militares contra crianças e adolescentes moradores de rua. As denúncias contra os policiais foram confirmadas, certo? Onde estão? Eles foram tirados da rua? Nós sabemos que um deles ainda continua trabalhando.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Eu não tenho conhecimento de como se deu esse processo. Em 2008 eu estava comandando a Academia de Polícia Militar; era, inclusive, Tenente-Coronel, mas é um dado importante. Nós temos que buscar denúncias anteriores até para que possamos subsidiar essa investigação atual. É importante...

Eu não tenho essa informação clara, qual o andamento desse processo e qual foi o destino dado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de saber o que a Polícia Militar está fazendo para coibir esse tipo de abuso, o comportamento dos maus policiais.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Nós temos um... O nosso sistema educacional, em termos de treinamento e de capacitação, é considerado um dos melhores do País atualmente.



Essa cartilha que nós apresentamos aqui — os senhores devem ter em mãos —, *Anjos Parceiros*, é uma cartilha, por exemplo, educativa para enfrentamento da pedofilia. Essa cartilha é trabalhada pelo policial em várias escolas e outros locais que trabalham com crianças efetivamente. Ou seja, essa não é uma prática... Nós temos uma prática de promoção do enfrentamento da pedofilia, promoção de enfrentamento ao abuso e exploração de crianças.

Agora, esse psicopata, caso exista, que está em nosso meio, como bem colocado pela Deputada Erika Kokay e a senhora também, não são policiais, são marginais travestidos de policiais. Então, seria um absurdo eu, como Comandante Geral da Polícia Militar, admitir que um indivíduo desses esteja ostentando a farda da corporação, representando a corporação, tendo no seu histórico crime dessa natureza. Em hipótese alguma.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O que me chamou a atenção no vídeo foi que um menino disse que era da Guarda Mirim. O senhor poderia me explicar o que significa a Guarda Mirim?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Olha, Guarda Miriam, eu não sei... A Polícia vem desenvolvendo um trabalho com Guarda Mirim. Guarda Mirim é um trabalho que era realizado um tempo atrás, onde crianças em situação de risco eram recrutadas nos quartéis da Polícia Militar para participarem de programas sociais, acompanhadas. Essas crianças tinham que apresentar um atestado escolar de que estavam indo bem na escola. Era um programa social de prevenção primária de violência e criminalidade, a Guarda Mirim, assim como nós temos o PROERD hoje, que é um programa de resistência às drogas, sucesso absoluto aqui no Distrito Federal, que é desenvolvido pela Polícia Militar.

Então, essa Guarda Mirim existia um bom tempo atrás. Eu não tenho conhecimento hoje... Cheguei há pouco tempo, mas me parece que nos nossos programas sociais a Guarda Mirim não acontece mais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas há quanto tempo? O senhor sabe? Porque o menino parece ser bem jovem.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Não, não. Eu não tenho essa dimensão, infelizmente. Gostaria...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O garoto parece bem jovem. Pelo tom, pela tonalidade da voz, o menino parece ser bem jovem.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - A senhora quer saber a idade que trabalha com a Guarda Mirim?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - A Guarda Mirim trabalhava com garotos na faixa a partir de 12 anos de idade. Então, tinha aqueles grupamentos, eles tinham educação para a cidadania, tinha futebol, tinha música também — me parece que a banda de música participava também. Ou seja, era um programa muito interessante.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bom. Obrigada, Coronel.

Gostaria de passar agora a palavra para a Dra. Luisa.

Dra. Luisa, nessa questão...

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Só um instante, por favor.

Sra. Presidente, se a senhora me autorizasse a me ausentar, porque eu estou assumindo a corporação agora e nós temos uma reunião com todos os oficiais da Polícia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque tem de ter... Acho que a gente tem de fazer perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que eu posso fazer é mudar o encaminhamento e passar para os outros Deputados que estão inscritos para que possam falar com o Coronel e, em seguida, eu devolvo para a Deputada Liliam Sá, para ela inquirir, no que achar que é cabível, a Dra. Luisa de Marillac. Pode ser, Coronel?

Então, estão inscritos os Deputados Jean Wyllys, Keiko Ota e Professora Dorinha. Vou passar para os três, passo para o senhor, autorizo o senhor a se retirar, e depois a gente continua com a Dra. Luisa de Marillac.

Então, passo a palavra para o Deputado Jean Wyllys, 2º Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sra. Presidenta Erika Kokay.

Eu serei breve. Eu não tenho uma pergunta específica para fazer, mas eu tenho um comentário. Se é verdade que não só a PM do Distrito Federal, mas todas



as PMS estão atravessadas por práticas de violações de direitos humanos, que vai do racismo, passando pela homofobia ao abuso sexual de crianças, também é fato que a PM é tanta gente, e que, de fato, a gente precisa aprender a discernir a instituição das pessoas que praticam isso.

Concordo nesse sentido com o Coronel que tudo tem que ser feito dentro do tempo das garantias jurídicas para que a gente não cometa injustiça. Não é intenção desta CPI que isso seja feito. A gente quer a justiça, e quer proteger as crianças, partindo do princípio da justiça.

Eu discordo também, Relatora, e sei que a sua consideração foi a melhor possível, a sua intenção foi a melhor ao dizer que curso de formação é só para quem não tem desvio de caráter, quer dizer, que a polícia não precisa de curso de formação, porque curso de formação seria para quem tem desvio.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, eu não falei isso. Eu disse que alguns, mesmo que você vá dar formação para eles, o caráter deles não vai se modificar, porque não tem como. São pessoas que já têm o desvio, não tem como.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O que não inviabiliza...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu não falei para não fazer formação. Tem que ter formação, sim, claro.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Certo. O que não inviabiliza a necessidade de formação, principalmente porque a PM é parte da sociedade e a sociedade comunga de uma representação da infância que exclui as crianças negras, as crianças pobres e as crianças em situação de rua. Então, quase sempre a nossa sociedade é muito conivente com as violências todas praticadas contra as crianças em situação de rua porque entende que criança em situação de rua pode ser tudo — pode ser menor, pode ser trombadinha, pode ser qualquer outra designação —, menos criança. Essa representação da infância ficou para as crianças brancas, aquelas representadas nos comerciais de margarina e da Johnson & Johnson. Então, é importante lembrar que os policiais fazem parte dessa sociedade e, portanto, eles têm essa representação de infância.

Cursos de formação são importantes, para ressaltar aquilo que a Promotora Luisa de Marillac falou: reconhecer a criança como um sujeito de direitos, inclusive o direito de estar na rua fazendo uma apropriação privada do espaço público.



Era esse o comentário que eu tinha para fazer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Jean Wyllys.

Passo a palavra para a Deputada Keiko Ota. Depois, para a Professora Dorinha

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Feliz tarde a todos e a todas.

Eu quero parabenizar a nossa Presidente Erika Kokay e a Relatora Liliam Sá, porque esta CPI é de extrema importância. A gente tem que entender que proteger nossas crianças é garantir uma sociedade mais fraterna e harmoniosa.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Coronel. Na verdade, o senhor está assumindo, há pouco tempo, o comando, não é?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Dois dias.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Dois dias?

Por conta de eu presidir uma ONG, que é a UDVV, União em Defesa das Vítimas de Violência, escuto muito a queixa de vítimas de que a polícia é muito violenta. Em Pernambuco, nós fizemos uma audiência pública da CPMI da Mulher e ouvimos muitas queixas em relação a violência contra as mulheres por policiais. Mas também nós não podemos generalizar. São poucos e precisam ser tomadas as devidas providências.

A minha pergunta é a seguinte: existem alguns dados sobre o reflexo das ações implementadas pela Polícia Militar no enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes? Após a implementação dessas ações, como comportar a quantidade de denúncias? Quantos casos foram investigados?

Gostaria que, na sua gestão, o senhor tivesse critérios mais rigorosos na contratação desses policiais que dizem que são policiais, que usam farda, mas não são, e que, com esses critérios mais rigorosos, a sociedade tenha a proteção devida com relação a esses eventuais policiais que passam, esses policiais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sugeri ao Comandante escutar os Deputados e as Deputadas e, em seguida, responder todas juntas.

A Professora Dorinha Seabra está inscrita.



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Eu queria, na verdade, reforçar. Numa parte, eu fui atendida pelo comentário do Deputado Jean.

Sobre essa questão da formação e do processo de seleção que a Deputada Keiko Ota menciona, nós sabemos que é concurso público. Mas eu queria questionar em relação ao comando — eu sei que assumiu agora — nos procedimentos, como é o processo de seleção, e em relação ao período de avaliação e período probatório, porque muita coisa vai aparecer nesse período, quando é admitido.

Então, eu acho que a formação é importante. O corporativismo tem de ser combatido, sim, mas faz parte de todo tipo de organização que tem, em termos de... Quer dizer, a gente precisa diferenciar o quê? Espírito de corpo, que é natural da organização, e o corporativismo, que invade o direito inclusive do cidadão.

Uma pergunta, na verdade, uma menção. Eu acho que a falta de levar a cabo os processos de apuração e medidas legais serem tomadas é que geram inclusive outros comportamentos, porque é a permissividade que, na verdade, estimula os desvios de comportamento e de conduta. Então, em que medida isso pode ser aprimorado? O processo da Corregedoria, a participação do próprio Ministério Público? Porque, volto a reforçar: o corporativismo é extremamente perigoso pela sensação de proteção, de uma maneira exagerada, da própria organização.

Queria, para finalizar, saber sobre a formação: se, nas propostas de formação, vocês têm alguma formação direcionada para essa questão do direito, do cuidado com a criança e o adolescente. De maneira geral, o que a gente percebe é, às vezes, o uso exagerado da violência e da força, como uma forma de manutenção de espaço e de poder, e é uma coisa que não é do Distrito Federal.

A Polícia Militar tem projetos superinteressantes. Eu fui Secretária de Estado e tive uma parceria muito boa como PROERD, com polícias de proteção dentro das escolas. Mas essa incidência e o exagero do uso da força e da violência é quase com uma sensação de uma relação de afirmação de poder, até pelo perfil de seleção. Na maioria dos Estados, as pessoas que chegam ao espaço da Polícia Militar através de um processo de seleção, concurso público, normalmente têm uma



grande dificuldade de preparo mesmo, de lidar com essa questão da força e relação de poder e, normalmente, as pessoas que estão na rua estão numa posição de fragilidade. Pela falta de cobrança, os números são muito baixos em relação à punição da Polícia Militar em todos os Estados. Isso leva a uma sensação de poder que fica muito maior para quem está usando a força física e a relação de poder que se instala no espaço entre a polícia e a rua.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – Vou passar para o Comandante. A Professora Dorinha era a última inscrita.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Permita-me, Deputada, apenas para fazer uma indagação rápida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – Pois não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Apenas para perguntar ao Coronel Suamy se há algum tipo de programação na sua entidade de operações específicas no combate à exploração de crianças e adolescentes. Se esse é um processo que acontece, não sob a sua gestão, porque o senhor está chegando, se há conhecimento nessa direção, se há programas de ação, de operações específicas nessa área de combate à exploração de crianças e adolescentes.

Já houve em outros Estados esse tipo de trabalho, principalmente em parceria com os integrantes de conselhos tutelares. É uma coisa que dá certo; é uma ação permanente da polícia, preocupada com essa questão, e é uma coisa que pode, de alguma maneira, contribuir com esse trabalho que é importante ser feito pela sociedade e por todos os setores da sociedade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – A Deputada Dalva Figueiredo também se inscreveu.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO – Bom, eu gostaria de insistir e ressaltar a importância da formação e da capacitação como elemento fundamental de interação com a comunidade. Eu sei que a polícia tem várias tarefas. Entre o ostensivo e o preventivo são várias ações. Mas eu acredito que um dos problemas é a forma, os currículos, os cursos que são ministrados aos que estarão sendo formados e colocados à disposição da sociedade. Eu acho que é um conjunto de coisas: salário, formação, como se pune, como se investiga a diminuição do



corporativismo, as denúncias e os problemas que envolvem. Acho que é um conjunto de coisas.

Por fim, acredito que hoje a grande discussão que vai se estabelecer na nossa sociedade após esse período todo de greves em todo o Brasil não só por melhores salários, mas a grande pergunta é o modelo que nós temos, esse modelo de Polícia Militar, esse modelo de Polícia Civil. O nosso grande desafio é, sem dúvida, fazer com que cada vez mais a Polícia Militar do nosso País tenha em seus quadros pessoas que sejam capazes de estar ali, lidando com os problemas e as mazelas da sociedade. Mas, quando isso não dá conta, nós temos que ter instrumentos capazes de investigar, averiguar e punir aqueles que praticam crimes sob o manto da farda e da lei. Então, sei que o senhor tem só 2 dias aqui, mas eu espero...

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA – Quantos?

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO – Dois dias nomeado, desculpe, nomeado aqui como Comandante.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA – Eu tenho 2 dias, mas 30 anos de Polícia Militar.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO – Não, eu sei. Imagina. Com certeza que o senhor é um profundo conhecedor. Digo como Comandante.

Nos poucos dias que fico aqui em Brasília eu costumo assistir ao jornal para interagir um pouco. Nem sempre o jornal coloca a realidade. Vejo ali o pessoal colocando uma determinada versão, e devo dizer que gostei das suas respostas para a televisão, assim como os outros que compõem a segurança pública.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA – Obrigado.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO – Eu sei que o senhor está há 2 dias no Comando da PM, mas eu espero que a sua direção seja no sentido de retomar as investigações e que a gente possa ter aqui notícias e informações de que rigorosamente se empenhou no sentido de averiguar e de investigar todas essas denúncias que a gente sabe que existem. Mas nós queremos e estamos aqui para combater.

Para concluir, Presidenta, eu fiz um requerimento e queria ter a prioridade, se possível, e a compreensão dos colegas de poder marcar a designação da primeira



audiência para o Amapá. Gostaria de ter essa compreensão e apoio dos membros da CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – Eu vou passar para o...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) – Antes de ele responder, só uma pergunta, porque ele fala...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – Deputada Liliam.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de saber como é feito o curso para a Polícia na parte psicológica. Eles têm de passar por uma avaliação psicológica. Como ela é feita? É demorada ou rápida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Erika Kokay) - Bom, vou passar ao Coronel Suamy. Depois, concederei a palavra à Relatora, para eventualmente inquirir a Promotora Luisa de Marillac. Se os Deputados também quiserem fazer alguma colocação à Promotora, concederemos a palavra a S.Exas.

V.Sa. está com a palavra, Coronel.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Primeiramente, gostaria de responder às perguntas, porque, a partir delas, posso divulgar um pouco a Polícia Militar do Distrito Federal.

A nossa é a primeira Polícia do Brasil que exige nível superior para ingresso nos seus quadros, de soldado a oficial. O soldado da Polícia Militar do Distrito Federal ingressa com curso superior em qualquer área. Isso permite que o policial tenha pelo menos um senso mais crítico em relação à sociedade e disciplina intelectual de forma que possa avaliar melhor as condições sociais em que se encontra no exercício de sua atividade.

Segundo, fizemos um programa de capacitação e graduação de policiais que não existe no mundo. Investimos 38 milhões de reais e 6 mil policiais que não tinham curso superior o fizeram. Foi facultado a eles o curso de tecnólogo em segurança pública, com duração de 2 anos, feito pela Universidade Católica. Foram 38 milhões de reais investidos e 6 mil policiais adquiriram o curso superior.

Portanto, trabalhamos no sentido de elevação da escolaridade do policial, a fim de que tenhamos policiais mais críticos, que tenha maior sensibilidade para as questões sociais e o meio em que trabalham.



Evidentemente, o processo de seleção exige teste psicológico. Até peço a esta Casa que dê tratamento especial a essa questão. O teste psicológico não é julgado tão importante pelo Poder Judiciário, a ponto de, a todo momento, recebermos, após a seleção de policiais e início de curso, alunos que ganham mandado de segurança, depois esse mandado de segurança se consolida e esse aluno acaba terminando o curso apesar de ter sido reprovado no teste psicológico. Um caso emblemático é o de um tenente da Polícia Militar que sequestrou a filha do Luiz Estevão no passado remoto, e esse tenente tinha sido reprovado no teste psicotécnico. Então...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) – Mas isso mostra que ele tinha o desvio e não podia estar na corporação.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA – Exatamente, mas o Judiciário determinou o ingresso do indivíduo e ele terminou o curso e passou a pertencer às fileiras da corporação.

Essa é uma questão importante que tem que ser vista para que o teste psicológico tenha uma validade efetiva para a seleção de policiais.

Outro ponto importante a considerar é a questão da formação em direitos humanos.

Distribuí para os senhores um livrinho que escrevi um tempo atrás, quando trabalhava no Ministério da Justiça. É um livrinho azul, que fala *Teoria e Prática da Educação em Direitos Humanos para Instituições Policiais*.

Não estou fazendo propaganda desse livrinho não, até porque ele foi financiado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, a custo zero. Então, tenho que distribuir, não posso vender, apesar de ter na Internet, em um sebo, o pessoal vendendo acho que por 5 reais. (*Risos.*)

Eu faço uma crítica nesse livro sobre a educação em direitos humanos para a Polícia. Acredito que ainda, infelizmente, a educação em direitos humanos para a Polícia é vista como uma matéria de Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional. No entanto, para o policial, não basta conhecer os direitos humanos; ele tem que sentir os direitos humanos no coração, e praticá-los. É por conta disso a minha crítica nesse livro para a necessidade de um trabalho de treinamento e



capacitação em direitos humanos, em que o policial possa vivenciar e entender o papel dele nesse contexto dos direitos humanos.

Esse livrinho é rápido de ler, tem poucas páginas.

Concordo plenamente com a Deputada nesse sentido de que a gente tem que ter uma visão diferenciada para discutir esse tema com policiais.

Sobre o modelo de Polícia Militar e Civil, venho sempre discutindo essa questão. Em todo o mundo, existem polícias com diversas roupagens, sempre fruto de uma cultura organizacional e também de uma cultura institucional em que essas polícias têm um histórico. Elas se moldam a esse histórico e desenvolvem o seu trabalho a partir dessa cultura organizacional.

Por exemplo, em Portugal, nós temos a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana. Essas duas polícias, uma de caráter militar e a outra de caráter civil, fazem a mesma coisa, o que é muito pior que nós, porque a toda hora eles estão em conflito. Quando há situações de crise, chegam dois policiais que fazem a mesma coisa, constitucionalmente determinada. No nosso caso, a Polícia Militar é uma polícia ostensiva de preservação da ordem pública, e a Polícia Civil é uma polícia judiciária de investigação do crime.

Costumamos dizer que isso é até bom, porque uma polícia fiscaliza a outra. Quando há violência, por exemplo, praticada por um policial que detém um indivíduo, o policial civil não recebe, porque ele não vai receber um indivíduo com lesões corporais. Então, há um controle mútuo entre essas duas Polícias.

Agora, não estou aqui colocando que eu sou a favor ou contra, mas é importante que se debata muito isso. E esta Casa é propícia para esse debate, haja vista que muitas vezes a gente pode estar achando que a segurança pública está ruim com a estrutura que está, mas pode ficar muito pior ao ser alterada por conta da cultura institucional das forças de segurança pública.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Queria agradecer ao Coronel Suamy Santana da Silva.

Queria, coronel, que o senhor pudesse disponibilizar para esta CPI o inquérito que foi efetivado acerca da denúncia de abuso sexual.



O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Esse aqui foi aquele que foi e agora retornou, está em apuração e vai ser despachado para novas diligências, e tem 60 dias para isso. Esse aqui acho que a senhora já leu.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Eu sei. Como foi estabelecida a prorrogação, acho que a gente poderia olhar e fazer algumas observações para ajudar no processo de prorrogação.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Então, gostaria de pedir uma cópia. Posso fazê-lo formalmente, se o senhor desejar, para que nós possamos analisar esse primeiro processo e fazer, se couber, as contribuições necessárias para uma apuração de fato.

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - Deputada, solicito apenas que seja feita uma requisição formal, para que a gente possa fazer a devolução.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Vou pedir à Secretaria da CPI que faça o ofício solicitando a cópia do inquérito. Qual é o número do inquérito?

O SR. SUAMY SANTANA DA SILVA - O inquérito é o IPM nº 2011.001.0031.0157.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Deu para anotar?

Então, pronto. Nós vamos solicitar a cópia e, aí, vamos fazer uma avaliação para algumas sugestões no que couber.

Gostaria de agradecer a presença e dizer que nós esperamos que a realidade no Distrito Federal não seja mais permeada de todas essas denúncias e que seja feita uma apuração com o rigor que a nossa condição humana exige. Muito obrigada, Coronel Suamy Santana da Silva.

Vou perguntar se algum Deputado quer fazer algum tipo de colocação para a Promotora Dra. Luisa de Marillac.

Vou passar para a Relatora e depois passo para a Dra. Luisa de Marillac, para que a gente possa ir caminhando para o encerramento destas oitivas em audiência pública.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Antes de passar a palavra para a Dra. Luisa, quero dizer aos membros desta Comissão que vou passar para a mão da



nossa Presidenta os projetos que estão tramitando nesta Casa sobre exploração sexual e conceitos afins e também a questão do Orçamento, onde estão os programas no Orçamento. Aí poderemos passar para todos os Deputados para que possam acompanhar os projetos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um minuto, Deputada Liliam. Antes, vou solicitar à Secretaria da Comissão que tire as cópias para que a gente possa distribuir para os Parlamentares que aqui estão.

Reafirmando, toda a nossa correspondência se dará por meio eletrônico e isso estará disponibilizado também na comunicação eletrônica desta CPI.

Passo a palavra para a Relatora desta CPI, Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dra. Luisa, gostei muito da sua explanação sobre a criança e ao adolescente. Sei que esse é um trabalho muito difícil. Nós, que defendemos direitos de crianças e adolescentes, sabemos das dificuldades, dos entraves que nós temos nas garantias de direitos de crianças e adolescentes.

Gostaria de saber como a Promotoria da Infância do Distrito Federal tem feito para reintegrar essas crianças à sociedade, principalmente essas que estão envolvidas nesse caso, se vocês ouviram essas crianças, se foram até lá, se foram identificar as famílias. Como vocês têm trabalhado?

A SRA. LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS - No acompanhamento que nós fazemos, a gente acompanha o desenvolvimento dessa política pública.

No Distrito Federal, em 2008, na época dessas primeiras denúncias, que na verdade não são primeiras, mas, enfim, as primeiras de que nós estamos tratando aqui, não havia uma política pública definida de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua. O que havia, no Distrito Federal, era unicamente um projeto executado por uma entidade não governamental, o CECRIA, financiado pela PETROBRAS, que fazia uma vinculação através de técnicos com crianças e adolescentes em situação de rua. A partir dessa vinculação, tentam resgatar a história dessa criança e desse adolescente, fazer o contato e a reaproximação com a família, a construção de projeto de vida, a construção de futuro para essas crianças e esses adolescentes, inclusive com resultados positivos bem significativos,



no sentido de que várias crianças e adolescentes que saíram da condição de rua, que passaram à condição inclusive de educadores sociais, que entraram em universidades, etc.

A partir dessas denúncias e dessa mobilização em 2008, houve uma articulação política e social grande para que o Distrito Federal criasse uma política pública ou transformasse esse projeto em política pública. E foi o que aconteceu.

Primeiro, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda proporcionou uma sede física para abrigar o projeto e designou também agentes de assistência social para aprenderem com os executores desse projeto que faziam o trabalho não governamental.

A partir de então, salvo engano, somente agora em 2011, isso se transformou de fato em política pública. Hoje, nós temos o Giração, que se chamava Projeto Giração. Temos a Casa Giração como uma casa de passagem, como um equipamento do SUAS, o Sistema Único de Assistência Social, que vem desenvolvendo o trabalho de acompanhamento dessas crianças e adolescentes neste sentido: primeiro com a abordagem de rua, a vinculação com essa criança e adolescente, aí traz essa criança e esse adolescente para a construção do seu histórico de vida, para resgate com os vínculos familiares e uma perspectiva de futuro numa transformação da saída da rua e busca de uma outra realidade.

A gente acompanha, através da Promotoria da Infância e da Juventude, esse trabalho, essa política pública que vem sendo desenvolvida. A gente entende que ela precisa ser incrementada, a gente entende que ela precisa ser ampliada. Ela ainda não atinge toda a população, todo o público de que necessita.

Nós estamos neste momento negociando com o Governo do Distrito Federal a ampliação desse serviço juntamente com a reestruturação dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no Distrito Federal, não só o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua, mas de toda e qualquer criança e adolescente que sofre algum tipo de violação, que não pode, por algum motivo, permanecer na família e precisa de um acolhimento institucional ou familiar. Então, a gente vem trabalhando e negociando com o Governo do Distrito Federal a incrementação e a regularidade desses serviços, de acordo com as normas do SUAS, de acordo com as orientações técnicas do Conselho Nacional de Assistência



Social e do CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Então, é nesse pé que nós estamos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou sugerir à Deputada Liliam Sá que faça as perguntas juntas para que sejam feitas respostas conjuntamente e possamos caminhar para o encerramento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, na Promotoria da Infância, nesses casos, como nós vimos no vídeo, depois de feitas essas denúncias, qual a primeira providência que vocês tomam? Vocês acompanham essas crianças para um atendimento psicológico ou fica por isso mesmo e as crianças ficam ali? Como vocês fazem num caso como esse? E esse menino do vídeo que disse que era da Guarda-Mirim, como vocês acompanham esses programas? Vocês têm visitas periódicas para saber onde estão essas crianças, até mesmo aos abrigos? Como é feito o trabalho de vocês?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Promotora Luisa de Marillac.

A SRA. LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS - A gente trabalha com a perspectiva de rede e de atuação de cada um dos atores.

À Promotoria da Infância e da Juventude cabe adotar medidas de proteção judiciais quando é necessário. Então, se é necessário pedir um acolhimento institucional de uma criança e de um adolescente, por exemplo, que precisa de proteção por estar sofrendo uma ameaça à vida, então a gente faz o encaminhamento dessa criança para um programa chamado PPCAAM — Programa de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Ameaçados de Morte, quando é o caso. Se há necessidade e, se essa criança e adolescente que estava em situação de rua, pretende sair dessa situação, não tem um familiar que o acolha e precisa de um acolhimento institucional, a gente faz a ação judicial para que o juiz determine, aplique essa medida de acolhimento institucional, que é uma medida que só pode ser aplicada pelo juiz, e que tem que ser acompanhada pelo Judiciário também. Nessa medida, nós chamamos a família, os pais para responderem a essa ação de acolhimento e eles também terem que se justificar, dizer o que está acontecendo para essa criança e adolescente estar em situação de rua, em situação de necessidade dessa medida de proteção.



As medidas que não cabem à Promotoria da Infância são encaminhadas para quem compete. No caso de responsabilização criminal de agentes que são denunciados, encaminhamos para as áreas de responsabilização criminal. No caso de denúncia contra policial militar, encaminhamos tanto para as delegacias, corregedorias de Polícia Militar, como para o próprio Ministério Público no âmbito da promotoria militar ou para as promotorias criminais que atuam com a questão da responsabilização.

O acompanhamento dessas crianças para saber se há acompanhamento psicológico é uma atribuição dos conselhos tutelares. Então, encaminhamos também para os conselhos tutelares para fazerem o acompanhamento. Mas normalmente essas situações já vêm com o acompanhamento do conselho tutelar.

Principalmente quanto a essas situações na rodoviária de Brasília, eu penso que um facilitador dessas denúncias atualmente é a existência do Conselho Tutelar muito próximo. O Conselho Tutelar de Brasília Norte faz um trabalho muito próximo a esses meninos na rodoviária. Não sei se a CPI chamou os conselheiros tutelares de Brasília Norte. A respeito da situação da rodoviária de Brasília, eu penso que eles são importantes para diagnosticar como está essa situação, como veem esses relatos, porque é o Conselho Tutelar que acompanha para a aplicação das medidas que não são jurisdicionais, ou seja, as medidas que não precisam de juiz para aplicar, é o próprio Conselho Tutelar que aplica e acompanha essas medidas.

Então, eu penso que, com isso, eu respondi.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada. Eu me dou por satisfeita.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente, eu posso fazer uma última indagação à Promotora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eu vou passar para o Deputado fazer a última indagação, e nós vamos caminhando para o encerramento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só saber: a nossa Promotora — agradecendo a sua presença — disse que está incipiente ainda a política em relação a isso no Distrito Federal.

A SRA. LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS - Sim.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E a nível nacional? A senhora tem conhecimento se existe uma política específica para isso? Se está de acordo, se é preciso avançar mais?

A SRA. LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS - Olha, as pesquisas que a gente fez, justamente para tentar contribuir com a política pública do Distrito Federal, são no sentido de, praticamente, ausência de uma política pública nessa área.

Inclusive, no SUAS...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas isso, a nível nacional, é tanto quanto?

A SRA. LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS - A nível nacional.

Inclusive, por exemplo, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) não prevê essa modalidade que existe no Distrito Federal, de atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, que não é bem uma modalidade de acolhimento — viu, Deputada Erika? —, não é um acolhimento institucional. Até porque não daria para ser.

Imaginem, uma criança ou um adolescente em situação de rua tendo que ter uma determinação judicial de acolhimento institucional, que só pode ser liberado o acolhimento mediante decisão judicial.

Não é assim! São crianças e adolescentes acostumados ao trânsito, com a rua. Eles começam a aderir às medidas de proteção lentamente. Eles vão ficando em um lugar, hoje eles dormem, amanhã eles não dormem. Eles vão fazendo uma vinculação com esse serviço de proteção até que eles optem pela saída da rua.

Então, assim, o Projeto Giração, que foi um projeto desenvolvido durante muitos anos pelo CECRIA, com financiamento da PETROBRAS, veio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e penso que traz uma tecnologia social, talvez uma das tecnologias sociais mais avançadas no que diz respeito à abordagem de rua de crianças e adolescentes.

Então, não temos... Poucos outros modelos, há alguns modelos — Projeto Axé, na Bahia, alguma coisa em Porto Alegre —, mas muito poucos modelos de políticas públicas. Normalmente, são ações que são levadas a efeito pela sociedade civil organizada, por entidades não governamentais.



Então, em termos de política pública, a gente é incipiente.

E como eu ia dizendo: o SUAS não prevê, na modalidade de atendimento de crianças e adolescentes, o que seria uma casa de passagem para criança e adolescente. Ele prevê só o serviço de acolhimento.

Então, o equipamento que existe no Distrito Federal, o Giração, não é adequado à normativa do Sistema Único de Assistência Social. A gente acaba tendo que criar toda uma forma diferenciada de atuar com esses meninos, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento judicial desses casos, justamente pela falta de normativa específica.

Então, é uma coisa que precisa avançar ainda muito em termos nacionais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou... Porque, assim, a diferença, agora, é porque o projeto não propunha nenhum tipo de abrigo, de dormida, era um projeto de estabelecimento de vínculos. E, com o advento da violência, das denúncias de violência policial, enfim, ele acabou tendo um espaço de abrigo que, obviamente, não é um abrigo... É um abrigo que tem a liberdade da condição de estar na rua, que é um pouco diferente de um abrigo tradicional. Mas ele possibilita que as crianças, os adolescentes possam dormir no projeto, dormir no espaço, que é um espaço público. E esse projeto, inclusive a tecnologia social, foi absorvida pelo Estado. Ou seja, a Secretaria de Desenvolvimento Social acolheu o projeto e transformou em política pública o projeto com essas características.

Agora, eles estão tendo uma nova modalidade, que é um espaço numa área rural, que é um espaço onde se pode fazer um tipo de... Que tem semelhanças com uma comunidade terapêutica, ainda que não seja uma comunidade terapêutica.

Por fim, nós estamos caminhando para o encerramento. Eu gostaria de lembrar que a nossa próxima reunião será às 14h30min do próximo dia 24.

Agradeço imensamente a presença da Promotora Luisa de Marillac, dizendo que nós, que moramos em Brasília, nos sentimos muito felizes de contar com a atuação profissional, atuação pessoal e humana da Promotora em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Com relação ao pleito da Deputada Dalva Figueiredo, nós vamos tentar priorizar a audiência pública no Amapá. Nós queremos apenas que as audiências



públicas possam culminar um processo de diligência também; que, ao ir para o Amapá, nós também possamos organizar uma agenda que nos possibilite conversar com a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente, com os conselhos tutelares, ir aos espaços onde há denúncias de exploração sexual, que nós possamos otimizar.

Então, sugiro, não só à Deputada Dalva Figueiredo, como a todas as Deputadas e a todos os Deputados que propuseram audiências públicas nos seus Estados, nas Unidades da Federação, que possamos organizar — e a Secretaria da Comissão vai se dedicar a isso também — as visitas para que haja uma otimização dessas visitas: que a gente agregue diligências; que a gente agregue reuniões com órgãos específicos; enfim, que nós possamos trabalhar para otimizar.

E também nós queremos fazer um diálogo. Hoje ainda, nós vamos tentar marcar, com o Presidente da Casa, Deputado Marco Maia, junto ao Deputado Cláudio Puty, que é o Presidente da CPI do Trabalho Escravo e também ao Deputado Arnaldo Jordy, que é o Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, para que nós possamos discutir a estrutura das Comissões, das três CPIs, com a Presidência da Casa.

Então, nós deveremos agendar. Obviamente, nós vamos chamar a Mesa-Diretora desta CPI, os Parlamentares que quiserem comparecer, a Relatora, em especial, para que nós possamos trabalhar na perspectiva de termos uma estrutura maior para o funcionamento da CPI. Não é um problema só desta CPI, é um problema das outras duas CPI, e nós queremos fazer a sessão conjunta.

E nós gostaríamos também de ver a possibilidade de estarmos dialogando com as outras CPIs nas idas aos Estados para que nós possamos agregar, porque elas têm muito diálogo, tanto a do Tráfico de Pessoas, quanto a da Exploração do Trabalho Escravo, há muito diálogo com a CPI da exploração de turismo sexual.

Eu vou propor, por fim, que nós possamos priorizar — realmente, acatar a sugestão da Deputada Dalva — a audiência pública no Amapá, mas que nós tenhamos essa preocupação de não irmos apenas para uma audiência, mas que agreguemos mais ações desta CPI.

Deputada Liliam.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Presidente, eu também gostaria de fazer uma sugestão: quando for a essas diligências, poderia pedir aos Deputados, se possível, fazer uma de manhã e, de repente, porque a gente tem pouco tempo, se houver outro Estado perto, a gente também poderia ir para outro Estado para ter mais dinâmica nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A discussão é nossa é tentar otimizar: indo a um Estado, a gente poder fazer um roteiro que possibilite o aproveitamento, ao máximo, dessas idas da CPI.

Nós vamos sugerir também, e vamos apresentar requerimento para tanto, diligências na área central do Distrito Federal e que se possa conhecer também o Projeto Giração.

Nós ainda vamos sugerir que seja feita uma audiência pública com os responsáveis, em cada lugar onde vai haver eventos da Copa, que vai abrigar a Copa, pela coordenação e pela preparação dessas Unidades da Federação para o evento da Copa. Nós vamos chamá-los aqui para que eles possam dizer como está a discussão de proteção das crianças e dos adolescentes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu já entrei com um requerimento chamando o Trade e o Presidente da CBF, porque eles se disponibilizaram, eu conversei com eles, a fazer uma campanha na Copa do Mundo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas nós queremos os responsáveis do Estado...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Também, do Estado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em todos os Estados, via de regra, em toda Unidade da Federação onde vai haver os jogos da Copa, foram escolhidas, foram designadas pessoas para serem responsáveis por ele. Nós queremos conversar, chamar essas pessoas aqui e também o Ministério do Esporte, pode ser chamada também a CBF, para que nós possamos fazer a discussão.

Nós temos que nos preparar para a Copa e não é só preparar aeroportos e rede hoteleira e infraestrutura, é preparar para proteger as crianças e os adolescentes. Até porque nós queremos saber que medidas estão sendo tomadas neste sentido, de construir novos marcos legais.



Portanto, vou lembrar, mais uma vez, que estamos na perspectiva de fazermos essa reunião com o Presidente da Casa para trabalharmos as estruturas, e não é uma demanda só desta CPI, mas das outras duas CPIs.

Lembro, mais uma vez que a nossa próxima reunião dar-se-á no dia 24 de abril, às 14h30min. Para o dia 8 de maio, já está agendada a vinda da Ministra, também da Deputada Patrícia Saboya, que foram, respectivamente, Relatora e Presidenta da CPI Mista, para que nós possamos discutir a experiência e possamos aprender com a experiência e partir do que já foi feito, não fazer um retrabalho.

Ela vem como Ministra e como Relatora também, Relatora da CPI Mista, e também a Deputada Patrícia Saboya que, à época, como Senadora, foi Presidenta da CPI Mista. Elas estão agendadas já para o dia 8 de maio. Nós não quisemos trazer uma sem a outra porque ficaria incompleta a discussão, mas, no dia 8 de maio, já está agendada.

Na próxima reunião nossa, dia 24, a gente vai divulgar o local e vai divulgar a temática da audiência pública, porque vai depender do agendamento das pessoas que estarão aqui para produzir esta audiência pública.

Lembro, mais uma vez, que todos os requerimentos devem ser apresentados à Comissão até a véspera, às 18 horas, do dia anterior da realização da reunião. Portanto, até 18 horas de segunda-feira, na Secretaria da CPI, para que nós possamos apreciar os relatórios e as proposições ofertadas.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR- Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu não estava presente, o Deputado Macris também, a Deputada Dorinha também não, mas nós vimos aqui, na ata, que foi aprovado um plano de trabalho. Se a gente pudesse receber isso nos gabinetes, esse material, para que a gente pudesse...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi encaminhado, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Nenhum dos três aqui recebeu no gabinete...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente vai encaminhar, é por que... Tem o seguinte: para os Deputados que já estavam... Enfim, se não foi encaminhado, nós vamos encaminhar de novo, não há problema.



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas, também, nós já estávamos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só vou lembrar que toda a correspondência da CPI, da Comissão, dar-se-á por meio eletrônico. Então, é muito importante que todos e todas estejam atentos e atentas às comunicações, que se darão sempre por meio eletrônico. De toda sorte, nós iremos providenciar o plano de trabalho e a ata desta reunião.

Agradeço demais à Promotora Luisa de Marillac a presença. É uma honra, uma alegria tê-la aqui na minha cidade, na Capital da República, fazendo o trabalho de excelência que faz no dia a dia.

Agradeço a presença a todos os Deputados e todas as Deputadas, e declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.